

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2015. (do Sr. Paulo Pimenta)

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, no dia 03 de junho de 2015, para discutir a violência ligada a orientação sexual e a identidade de gênero, bem como propor soluções.

Sr. Presidente,

Requeiro a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, no dia 03 de junho de 2015, para discutir a violência devido a orientação sexual e a identidade de gênero, bem como propor soluções.

Justificativa

A violação de Direitos Humanos relacionada à orientação sexual e identidade de gênero presumida da vítima constitui um padrão em todo o mundo, envolvendo variadas espécies de abusos e discriminações. Não raro os variados meios de comunicação noticiam agressões contra gays, lésbicas, travestis, transexuais e até mesmo heterossexuais confundidos com homossexuais.

Segundo relatório sobre a Violência Homofóbica no Brasil, ano de 2012, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, os homens homossexuais são, em números absolutos, as maiores vítimas da violência, embora proporcionalmente sejam os travestis os que mais sofrem com tais práticas, uma vez que estão usualmente associados à prostituição e à vida nas ruas, o que os colocam em posição mais vulnerável do que as demais categorias.

Ainda de acordo com o citado relatório, todos os níveis sociais e profissões estão sujeitos à homofobia, de tal forma que a homofobia no Brasil pode ser

classificada como “estrutural”, operando de forma a desumanizar as expressões de sexualidade divergentes da heterossexual, atingindo a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em todos os níveis e podendo ser encontrada nos mais diversos espaços, desde os institucionais até o nível familiar.

É nesse cenário que se inclui essa iniciativa de discutir as dificuldades pelas quais passam as pessoas que tem a orientação sexual ou identidade de gênero discriminada por não estar dentro do padrão da heterossexualidade, de forma a identificar os obstáculos e traçar objetivos, metas e estratégias para o combate à violência e ao preconceito.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2015.

**Deputado Paulo Pimenta
(PT-RS)**